



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0002458-19.2015.8.26.0566 - 2015/000587**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**
 Documento de: **IP - 066/2015 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Origem:
 Réu: **Paulo Augusto Prado da Silva Junior**
 Data da Audiência: **30/05/2016**

Justiça Gratuita

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **PAULO AUGUSTO PRADO DA SILVA JUNIOR**, realizada no dia 30 de maio de 2016, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, acompanhado do Defensor Público **DR. JONAS ZOLI SEGURA**. Iniciados os trabalhos, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foram inquiridas as testemunhas **MAURICIO DE CASTRO BRUSCHI e MARCOS FERNANDO GEROMINI**, sendo realizado o interrogatório do acusado (Nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419, o(s) depoente(s) foi (ram) ouvido(s) sendo gravado em mídia digital o(s) seu(s) depoimento(s) tendo sido anexado(s) na sequência). Após, não havendo outras provas a serem produzidas determinou que se passasse aos debates. **DADA A PALAVRA AO MINISTÉRIO PÚBLICO:** MM. Juiz: Trata-se de ação penal proposta contra **PAULO AUGUSTO PRADO DA SILVA JUNIOR** pela prática de crime de furto qualificado. Instruído o feito, requeiro a procedência. A materialidade delitiva está devidamente comprovada pelo auto de exibição e apreensão e laudo pericial juntado a fls. 64/74. A autoria é certa, uma vez admitida pelo acusado, sendo que a prova oral corrobora com a sua confissão. A qualificadora do concurso ficou demonstrada pela confissão e também pelo depoimento da testemunha Marcos. Assim, requeiro a condenação do agente nos termos da denúncia. Na fixação do regime, apesar do réu ser reincidente, observo que ele é portador do vírus HIV e possui crianças sob sua responsabilidade. Sua enfermidade está devidamente demonstrada pelos documentos apresentado pela defesa. Excepcionalmente, requeiro a fixação do regime aberto para o cumprimento da pena, que fica justificada em razão da saúde do acusado. **DADA A PALAVRA À DEFESA:** MM. Juiz: O acusado foi denunciado pela prática do crime previsto no artigo 155, §4º, I e IV, do Código Penal. Após conversa reservada com este Defensor Público e devida orientação, o acusado, no exercício de sua autonomia, optou por confessar os fatos narrados na denúncia. Assim, a pena base deve ser fixada no mínimo legal, compensando a agravante da reincidência com a atenuante da confissão. Diante das peculiaridades do caso, destacando que o acusado é portador de doença grave, bem como é responsável pelo cuidado exclusivo de três crianças, sendo duas delas também enfermas, que necessitam de cuidado especial, entende a defesa pela adequação do regime aberto, com fundamento no artigo 33, §3º, c.c. artigo 59,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

ambos do Código Penal. A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. PAULO AUGUSTO PRADO DA SILVA JUNIOR**, qualificado, foi denunciado como incurso no artigo 155, §4º, I e IV, do Código Penal. O réu foi citado (fls. 102) e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a condenação do acusado nos termos da denúncia. E a defesa pleiteou a fixação da pena no mínimo legal. **É o relatório. DECIDO.** O acusado confessou em juízo a prática dos fatos narrados na denúncia. Os demais elementos de convicção que constam do processo confirmam amplamente a confissão, atendendo ao disposto ao artigo 197, do CPP. Procede a acusação. Passo a fixar a pena. Fixo a pena base no mínimo legal de 2 anos de reclusão e 10 dias-multa. O acusado é reincidente, mas também é confesso. Tomo a confissão como preponderante, uma vez que revela algum tipo de arrependimento, que por sua vez é importante passo em direção à prevenção especial, almejada tanto pelo artigo 59 do Código Penal quanto pelo artigo 1º da Lei de Execuções Penais. Considerando que o acusado praticou o fato em condição de extrema vulnerabilidade, com base no artigo 33, §3º, do Código Penal, estabeleço o regime aberto para o início de cumprimento de pena. Apesar da reincidência, que aliás não é específica, vislumbro possível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, não somente em razão do fato do acusado ter praticado crime em condições de elevada vulnerabilidade, mas também tendo em vista sua conduta sóciofamiliar que deve ser avaliada positivamente na fixação da pena, posto que ao que tudo indica é arrimo de família, responsável e não voltou a envolver-se em novos delitos, apesar das condições sociais muito desfavoráveis em que se encontra. Assim, substituo a pena privativa de liberdade por limitação de fim de semana nos termos do artigo 48 do Código Penal, anotando-se desde já que tendo em vista a ausência de estabelecimento adequado para cumprimento da referida pena, poderá o réu cumpri-la em seu domicílio, em horário a ser fixado pelo juízo de execução penal. Outrossim, substituo também por pena de multa, no mínimo legal. Fixo o valor do dia multa no mínimo legal. Em razão da natureza politico-criminal do sursis, de tipologia mais fechada para fins de deferimento, verifico sua impossibilidade no caso concreto. Ante o exposto, julgo procedente o pedido contido na denúncia condenando-se o réu **PAULO AUGUSTO PRADO DA SILVA JÚNIOR** à pena de 2 anos de limitação de fim de semana, nos termos do artigo 48 do Código Penal, e 20 dias-multa, por infração ao artigo 155, §4º, I e IV, do Código Penal. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Registre-se e comunique-se. **Pelo acusado foi manifestado o desejo de não recorrer da presente decisão.** Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

MM. Juiz:

Promotor:

Acusado:

Defensor Público: